

EXPERIENCIANDO A POLÍTICA PÚBLICA – PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA NO PARANÁ

HOELLER, Silvana Cassia¹

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória²

Resumo

A Universidade Federal do Paraná abarcou o Projovem Campo Saberes da Terra que faz parte do Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores/as Familiares integrada - uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo³ à Educação, bem como suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial, entre outras). Por meio deste Programa a UFPR construiu um curso de Especialização em Educação do Campo, direcionado aos educadores(as) da educação pública, que teve como tema gerador a Agricultura familiar, no sentido de vincular a prática do educador em sala de aula com a realidade do campo. O objetivo desse trabalho é refletir sobre Programa Projovem Campo Saberes da Terra e traçar caminhos de como o Estado do Paraná construiu uma política pública em torno do programa.

Palavras Chaves: educadores - educação do campo - tema gerador

Historicamente a educação foi pensada a partir do espaço urbano e para os espaços ditos como rurais, se estabeleceu uma relação de reprodução da educação da cidade.

Conseqüentemente, constrói-se no meio rural uma lógica de que a educação oferecida na cidade teria uma qualidade superior e essa situação foi reforçada pela falta de níveis escolares no campo, delegando ao campo apenas o ensino fundamental. Atrelado a isso existe toda uma construção de estereótipos no campo, em que o rural é sinônimo de atraso.

Em 1998, com a I Conferência por uma Educação Básica do Campo, os movimentos sociais trazem para o contexto nacional os problemas emergentes do campo e mostram a dívida histórica do país com as populações do campo.

¹ Educadora da UFPR - setor Litoral. Email: silvana fid@yahoo.com.br

² Educador da UFPR - setor Litoral . Email: mauriciovitoriafagundes@gmail.com

³ Estão sendo considerados povos do campo: agricultores/as familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos do campo (Brasília, 2008 - Projeto Base do Projovem Campo – Saberes da Terra) .

Inicia-se um processo de pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo o que significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais: significa no campo da Política Pública, por exemplo, pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação; entre política agrícola, política de saúde, e política de educação e assim por diante.

Também em 1998, foi criada a «Articulação Nacional Por uma Educação do Campo», que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo como um direito público inalienável. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação, estão: a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002; e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003 (Brasil, 2008 - Projeto Base Projovem Campo)

E foi com esses movimentos organizados que o Ministério da Educação e Cultura – MEC, implementa através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) os programas de formação continuada como o Saberes da Terra.

De acordo com Brasília (2008), a primeira etapa de execução do Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005 em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, Associação de municípios Cantuquiriguaçu- PR, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

A partir dessa experiência acumulada a SECADI integrou aos Saberes da Terra o Projovem, que nasceu da Medida Provisória nº 411/07, que tem como objetivo promover a reintegração de jovens ao processo educacional (Brasília, 2008).

Dessa forma, constituiu o Programa Nacional de Educação de Jovens para Agricultores/as Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional implementado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) numa ação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de

Desenvolvimento Territorial (SDT), o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República (Brasil, 2008, p.6).

Portanto, em 2008 a SECADI lançou o Edital 28/2008, convocando as Instituições de Ensino Superior a apresentarem projetos de Formação Continuada de Professores da rede pública de ensino no campo. Os projetos deveriam contemplar a formação político-pedagógica em consonância com as Diretrizes Nacionais pela Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001 e que são sustentados pelo Projeto Base do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra, (Brasil,2008, p. 11) que se baseia em um:

[...] currículo que tem como referência principal a formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, ou seja, as relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo e, em âmbito maior, do Estado e do País.

O Programa se destinou a desenvolver uma política que fortalecesse e ampliasse o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares, situados na faixa etária de 18 a 29 anos, no sistema formal de ensino.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra teve como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional, potencializando a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002 (Brasil, 2002).

O recorte etário venho ao encontro do redesenho do Programa que passou a ser componente de duas políticas de Estado – de Educação do Campo e de Juventude – ambas indispensáveis para a qualificação social, formação profissional e construção da autonomia dos jovens do campo (Brasil, Projeto Base ProJovem Campo Saberes da Terra, 2008).

A exclusão do jovem do processo escolar é uma problemática presente, em nível nacional e todos os indicadores sociais e educacionais mostram que as populações do

campo estão em desvantagens, sejam eles relativos à matrícula, ao desempenho educacional dos alunos, à formação dos profissionais de educação ou à infra-estrutura física das escolas. Essa realidade aponta para a necessidade de adoção de políticas que revertam a situação da educação oferecida aos indivíduos em idade escolar - a fim de se impedir que esse quadro se perpetue - e que, ao mesmo tempo, resgatem a dívida histórica da sociedade brasileira para com os jovens e adultos que vivem no campo e não tiveram a oportunidade de frequentar a escola.

Com base nessa realidade do Estado e com incentivo do Governo Federal por meio da SECADI, a Universidade Federal do Paraná (UFPR – Setor Litoral) aprovou em 2008 um projeto de formação continuada para Educação do Campo em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/Pr).

O projeto teve como objetivo a formação continuada de professores, coordenadores e pessoas ligadas a rede pública do campo, para tanto se estruturou um Curso de Especialização em Educação do Campo baseado na prática pedagógica construída a partir das experiências trazidas da vivência na escola, integrada a Educação de Jovens e Adultos com uma qualificação profissional e social por meio da agroecologia e com o tema gerador a agricultura familiar.

Assim, construiu-se o Programa Saberes da Terra no Estado do Paraná de forma que atendesse as diferenças, o respeito às especificidades e a identidade dos povos do campo por meio de um processo educacional emancipatório. O desafio se configurou na vinculação da prática pedagógica ao trabalho no campo, além de projetar outras formas de diversificação na propriedade rural, que potencializassem o desenvolvimento de um projeto de vida na perspectiva de sustentabilidade humana, ambiental e econômica.

Desafios do programa no Estado no Paraná

Na primeira Conferência por uma Educação Básica do Campo (Brasil, 2008), os movimentos sociais elegeram como uma das prioridades a mobilização para conquistar políticas públicas pelo direito a Educação Básica do Campo.

Mas os Programas apesar de serem frutos das reivindicações dos movimentos populares, são executados e pensados nas esferas governamentais e acabam enfrentando dificuldades para chegar à realidade do campo.

As dificuldades encontradas para a execução das políticas públicas no campo estão inter-relacionadas a falta de níveis de escolaridade (ensino básico ao ensino superior), a falta de estrutura, o não acesso ao transporte escolar, bem como a falta de estradas trafegáveis, onde um estudante precisa andar até 4 horas para chegar a escola. Soma-se a estes fatores, mais a inviabilização de comunidades inteiras por causa das chuvas, que acabam ficando isoladas por semanas do centro escolar.

Além, disso entende-se que os jovens e adultos são trabalhadores que vivem e reproduzem as suas relações sociais no campo, dessa forma o trabalho passa a ser a sua forma de enxergar e se relacionar com o mundo.

Os fatores acima passam a ser essenciais para viabilizar as políticas públicas e fazer com que as inúmeras necessidades sejam olhadas dentro das especificidades.

A importância histórica, social e econômica da Agricultura Familiar para o campo brasileiro é outra variável que deve ser considerada na escolarização com qualificação social e profissional. É preciso dar ênfase a essa forma de organização do trabalho, que mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. O trabalho exercido pelo grupo familiar destina-se prioritariamente ao sustento da própria família, mas não exclui a produção de excedentes para comercialização e geração de renda.

Buscar por meio de um programa a estruturação de parcerias entre Estado e Governo Federal exigem concessões, acordos iniciais que deem conta da diversidade e especificidades do campo. Sabendo que o ideal é que os programas de governo possibilitem políticas públicas, mas que às vezes podem se tornar compensatórias ou insatisfatórias.

Mas identifica-se que a insatisfação dos programas específicos aos povos do campo se deve há uma ligação frágil que existe entre a realidade das comunidades e as metas governamentais que não condizem com as demandas dos sujeitos e suas particularidades.

Outra fragilidade é a construção que inicia não na base da pirâmide, mas no seu ápice e aumenta a distância entre a realidade e o programa, ou seja, se o projeto almeja trabalhar uma educação na perspectiva da emancipação humana, ele deverá partir dos sujeitos e das demandas da agenda local.

Em uma estruturação inicial do programa no Estado do Paraná encontraram-se dificuldades vinculadas a rigidez da máquina governamental, ao repasse de recurso que

não acompanha a execução do projeto. Isso desmotiva os grupos e a comunidade e te coloca em um papel de descrença.

Outro descompasso se deve as parcerias que estabelecidas entre a Universidade e Secretaria de Educação, que cada esfera de governo tem estruturas burocratizadas, fazendo com que os processos sofram diversos atrasos.

Apesar das dificuldades enfrentadas o programa trouxe na sua essência uma particularidade interessante, que seria a vinculação da formação continuada de educadores com a educação de jovens e adultos profissionalizante.

Isso aflorou nas comunidades a possibilidade de voltar aos bancos escolares, mas em uma perspectiva de valorização do trabalho e de uma vinculação com a realidade do campo.

É nesse ponto que aconteceu a diferenciação do programa e a sua vinculação com a realidade do campo.

Logo esse fato foi percebido pela Secretaria de Educação, que na metade do Programa buscou torna-lo uma política pública do Estado do Paraná, implantando a Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, Parecer CEE/CEB N.º 1011/10 aprovado em 06/10/10 (Paraná, 2010).

Esse processo acabou estimulando que muitas escolas nomeadas como “rurais”, buscassem junto a SEED/PR, o reconhecimento como Escola do Campo, desencadeando círculos de discussões nas comunidades e fomentando a identidade das populações do campo.

As iniciativas alavancadas pelo programa foram positivamente acolhidas dentro da comunidades, mesmo diante da burocracia da máquina do Estado.

Formação continuada de educadores(as) educandos(as), buscando a emancipação dos sujeitos

Para abarcar as especificidades e a diversidade do campo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso visou a integração da formação continuada do Programa com a Educação de Jovens e Adultos, vinculadas a profissionalização social, a partir da agroecologia. Nessa perspectiva o PPP foi elaborado e desenvolvido, a partir da escola formadora de sujeitos emancipados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da realidade do campo.

O trabalho como princípio educativo foi uma das bases que nortearam o PPP nas escolas e vincularam a realidade do campo e as práticas profissionais. Isso só foi possível quando se pensa a escola como um espaço que valoriza os diferentes sujeitos dentro do processo educativo e se vincula a realidade dos sujeitos.

Essa construção da formação continuada vinculada a realidade do campo se deve ao fato os educadores/as e a equipe pedagógica, muitas vezes, desconhecem o contexto, a história, a cultura do campo e de seus povos. O modelo de currículo, historicamente adotado, em geral, é baseado na cultura urbana e nos saberes produzidos nesses espaços, assim perdem-se os saberes construídos historicamente pelas comunidades do campo. Nesse sentido, coloca-se como fundamental possibilitar aos educadores/as, conhecer e refletir de forma aprofundada sobre a história e a cultura camponesa, sobre a questão agrária na atualidade, sobre a organização do trabalho pedagógico escolar tomando por referência as Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo.

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002) institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo trouxeram orientações para serem assumidas pelos órgãos públicos, pelas universidades e pelas próprias escolas. Nestas, a identidade da escola deve ser definida a partir dos seus sujeitos e da realidade em que se insere. No artigo 2º, § único, das Diretrizes da Educação do Campo, afirma-se que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerente à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões a realidade social da vida coletiva no país.

A mesma resolução destaca a necessidade de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes atuantes nas escolas do campo. Partindo de diversas experiências dos movimentos sociais na formação de educadores, Arroyo (2007) levanta alguns elementos para a formulação de políticas de formação de profissionais que atuam nas escolas do campo. Seu texto traz ainda elementos para a pesquisa e, sobretudo, para propostas de currículos dos cursos de formação, de modo a cumprirem com sua responsabilidade de formar educadoras e educadores para garantir o direito à educação dos povos do campo.

O autor destaca ainda, que os movimentos sociais e o coletivo de educadores do campo consolidam a ideia de que a formação específica para o educador(a) do campo deve incluir o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas.

Dessa forma, a formação continuada tanto dos educadores(as) educandos(as) foram pensadas no sentido de extrapolar a estreita formação por disciplinas e avançar para a formação por áreas e, se possível, em mais de uma área do conhecimento.

Com as necessidades apontadas durante o percurso do programa, a SEED/PR organiza o currículo de do EJA - campo a partir das áreas do conhecimento, mas em uma distribuição sem ligações entre as disciplinas e sem dar espaço para o coletivo de educadores(as) dialogarem e planejarem o processo de construção da formação.

O processo de formação que era todo pautado na expressão do coletivo e a partir para construir a reflexão aliada à prática pedagógica na escola do campo pelos educadores, buscou-se espaços de trocas de experiências a partir do Projeto de Vida de cada educador(a) e educandos (as).

Assim, busca-se dentro do programa trabalhar com os projetos de vida por turma de EJA, em que o grupo de educadores(as) poderiam reunir o coletivo e buscar formas de inter-relação das áreas do conhecimento com a vida dos sujeitos. Para fazer a materialização desse processo, lança-se o desafio de buscar espaços de encontros diferenciados dos oferecidos na escola.

E cada educador é estimulado a se ver como sujeito de sua história e capaz de refletir e compartilhar as experiências de vida.

A partir das reflexões por meio do Projeto de Vida⁴, buscou-se construir orientações para um currículo dialogado com a realidade, na interação dos sujeitos com a comunidade, estruturando-se em questões desencadeadoras que articulassem os conteúdos a partir da realidade prática dos educandos (as) e educadores(as).

⁴ Durante a construção do Projeto Político Pedagógico do Programa Projovem Campo pela equipe pedagógica, estabeleceu-se uma identificação entre a história de vida de cada educador(a) e a realidade das escolas campo. Esse vínculo se materializou em um projeto de vida que cada grupo de educadores desenvolveu com as turmas de educandos(as) do EJA profissionalizante. Esse processo resultou em projetos que agregavam o coletivo, através de um projeto de agroindústria, captação de água, criação de animais, entre outros (explicação do autor).

Assim, aportou-se em uma formação integrada a uma qualificação profissional e social, buscando que os educadores percebessem o mundo do trabalho no campo e os saberes acumulados pelos educandos(as).

Dessa forma, os educadores (as) teceram pontes entre os saberes da escolarização geral e os da qualificação social e profissional de modo a garantir a apropriação das tecnologias específicas, dos processos de transformação presentes no campo, das temáticas de gestão e de controle dos processos produtivos, da organização do trabalho e da organização da produção em constante diálogo com as áreas de estudo que compõem o ensino fundamental.

A construção das pontes com o mundo do trabalho no campo foi essencial para estabelecer a pesquisa como princípio educativo e compor elementos significativos para os educandos (as), principalmente para os sujeitos que estão 10 ou 20 anos fora da escola.

Os agricultores familiares que ficam muitos anos afastados da escola só conseguem dar significado aos conteúdos, a partir do momento que a sua prática de trabalho está presente na realidade da escola.

Nesta perspectiva a organização curricular foi fundamentada em um eixo articulador: Agricultura Familiar e Sustentabilidade, que dialoga com os eixos temáticos: Agricultura Familiar- identidade, cultura, gênero e etnia-; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Os eixos temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação de escolaridade.

Os eixos temáticos foram chamados a dialogar no curso e na escola com as áreas do conhecimento: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, Linguagem Matemática, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Ciências Agrárias, estabelecido também de acordo com a Instrução Normativa nº026/2010. Estas estabeleceram um diálogo entre si e ao mesmo tempo em que cada uma delas contribuiu para ampliar a compreensão das práticas sociais como produtoras de significados, servindo de referência para que as áreas de estudos re-significassem o conteúdo de sua contribuição na explicitação das temáticas estudadas.

Dessa forma, os grupos de educadores (as) foram estimulados a dialogar entre si no espaço da escola e a construir semanalmente o planejamento e sua dinâmica, a partir dos eixos temáticos e da ocupação profissional e social dos educandos(as).

Assim, os educadores construíram com as turmas do Projovem Campo EJA, o Projeto de Vida, o qual teve a função de estimular que o coletivo pensasse estratégias de ocupações profissionais, a partir da agroecologia. Esse processo resultou em experiências de práticas profissionais que foram de agroindústria à horta comunitária.

Considerações e Discussões

O Programa resultou em saldos positivos para o Estado e também para a Universidade. Em si vivenciou-se um processo pedagógico rico e diverso o que possibilitou a construção, rearticulação e reativação das lideranças da Educação do Campo no Estado, a partir das demandas locais. Houve a reativação dos grupos conectados com a Educação do Campo, o que resultou em seminários, encontros regionais e locais que trouxeram para a pauta estadual as possibilidades de políticas públicas para a Educação do Campo.

Isso refletiu também na reorganização das lideranças em torno da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo⁵

Outro processo consolidado a partir do Programa foi o fortalecimento de uma Coordenação de Educação do Campo que foi criada em 2003, dentro da Secretaria de Estado da Educação (Paraná, 2010, Parecer 1011/10). Esta coordenação passou a disseminar a concepção de Educação do Campo dentro da rede de Educação Básica e a desenvolver, em parceria com movimentos de base popular, com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), experiências afirmativas que demonstram outras possibilidades de se promover a escolarização. Esse processo perdurou por duas gestões de governo, 2003 a 2010, a qual fomentou e possibilitou em 2009, a implantação da Educação do Campo como uma política pública no Estado, por meio das escolas do campo, de acordo com o parecer 1011/10 (Paraná, 2010).

Esse ato possibilitou o resgate da identidade⁶ local das escolas do campo, o que desencadeou em torno de 40 pedidos das escolas antes nomeadas “rurais”, para “Escolas

⁵ A Articulação Paranaense por uma Educação do Campo foi criada em 2000, através da organização dos movimentos sociais. Ela é fruto de uma deliberação nacional da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, a qual recomendou que todos os Estado construíssem espaços de discussão.

⁶ A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (BRASIL, 2002, p. 37).

do Campo”. A adoção do nome como escolas do campo, abriu possibilidades também de discussões nas comunidades e da necessidade de mudanças nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Nessa perspectiva o Estado consolidou em 2010, a necessidade de ter uma formação continuada para os educadores (as) do campo, dessa forma lançou a Instrução Normativa 026/2010 (Paraná, 2010), que vinculou à atuação docente a formação continuada. Esse processo foi importante para o campo, pois há uma falta de identificação dos professores da rede pública com a realidade do campo, ocasionando a reprodução dos conhecimentos do espaço urbano sem vinculação com a realidade dos sujeitos.

A partir do momento que houve uma exigência de formação específica dos professores para trabalharem na rede pública do campo, abre possibilidades da busca por elementos que contextualizem a realidade das comunidades.

Outro ponto interessante foi a socialização de conhecimentos construídos durante o Programa que envolveu mais de 35 municípios no Estado do Paraná, por meio da ação dos educadores(as) a partir dos EJAs vinculados ao projoovem, alcançando cerca de 600 educandos(as) que são pequenos agricultores, boias frias, arrendatários e outros trabalhadores do campo. Imagina-se a intencionalidade de ações desencadeadas com esses sujeitos e os impactos dentro da realidade das comunidades que participaram do Programa.

O desenvolvimento deste curso, possibilitou também o avanço na inovação de procedimentos metodológicos junto aos educadores(as) formados pelo curso e com alcance aos educandos(as) que fazem parte do projoovem campo nos EJAs, foco final deste processo.

O curso evidenciou durante seu transcorrer o aprofundamento epistemológico dos principais fundamentos da Educação do Campo para além de uma formação instrucional, focada em outra concepção de sujeitos e de sociedade, refletindo suas possibilidades no lugar que vivem.

Por fim, cabe ressaltar que o Programa contribuiu com o resgate e fortalecimento da identidade de homem/mulher do campo, seus potenciais, seus direitos e possibilidades de desenvolvimento do trabalho como realização humana. Motivou esses sujeitos a continuar estudando e trabalhando no campo, na busca de políticas públicas que realmente façam a diferença na realidade do campo e que resgatem a dívida histórica com a educação no e do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Por um tratamento público da educação do campo*. Por Uma Educação do Campo, Brasília, n. 5, p. 91-108, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*.

_____. Congresso Nacional. *Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001*

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002*.

_____. Projeto Base: Projovem Campo Saberes da Terra. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada Com Qualificação Social E Profissional Para Agricultores (As) Familiares. Brasília, 2008.

CALDART, R. S. *A escola do campo em movimento*. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Castagna (org.). *Por uma Educação do Campo*, Petrópolis 2004.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. (2004). *Texto Base*. Luziânia, GO.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI P. R. E CALDART R.S. *Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” texto preparatório*. In.: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Castagna (org.). *Por uma Educação do Campo*, Petrópolis 2004.

PARANÁ, PARECER CEE/CEB N.º 436/09. *Implantação do ProJovem Campo - Saberes da Terra: Ensino Fundamental (Fase II) integrado à Qualificação Profissional – Arco Ocupacional: Produção Rural Familiar e o credenciamento de escolas certificadoras*, 2009.

PARANÁ, PARECER CEE/CEB N.º 1011/10. *Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná*, bem como do processo de definição da identidade das escolas do Campo, 2010.

PARANÁ. INSTRUÇÃO Nº 026/2010- SUE, SEED. *Orientação sobre a habilitação do/a professor/a e dos/as técnicos/as para atuar nas Áreas de Conhecimento e Qualificação Social e Profissional do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, 2010.*